

Comissão vai chamar Miranda para depor

Cronograma das investigações sobre o projeto Sivam será definido amanhã

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), relator da comissão especial do Senado que vai investigar o contrato do governo com a empresa norte-americana Raytheon para instalação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), disse que vai ouvir todos os implicados no escândalo. A comissão começa a trabalhar amanhã.

Serão chamados para depor o relator do projeto Sivam no Senado, Gilberto Miranda (PMDB-AM), o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Francisco Graziano, o ex-ministro da Aeronáutica Mauro Gandra, o ex-chefe do cerimonial Júlio César Gomes dos Santos e o dono da Líder Táxi Aéreo, José Afonso Assumpção, representante da Raytheon no Brasil.

Tebet disse que a comissão poderá quebrar o sigilo bancário de

todos os suspeitos de envolvimento em irregularidades no projeto, mas não quer usar esse poder para fazer "sensacionalismo". Tebet afirmou ainda que terá condições de concluir o relatório a partir dos depoimentos que tomar em Brasília e não pretende viajar, como fez Miranda, para conhecer tecnologias alternativas à da Raytheon.

Tebet terá hoje uma reunião com o presidente da comissão, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), para debater o calendário e o roteiro de trabalho. O senador afirmou que pretende ir a fundo na investigação do Sivam, pois o projeto envolve muito dinheiro — US\$ 1,4 bilhão — e "muitos interesses contrariados".

ACM também acha que a comissão poderá pedir a quebra do sigilo bancário dos suspeitos e disse

na semana passada que poderá convocar para depor também o novo ministro da Aeronáutica, Lélcio Lôbo, que ocupava o mesmo cargo na ocasião em que o governo fechou o contrato com a Raytheon para fornecer os equipamentos do Sivam.

A comissão especial do Senado será composta por integrantes de três comissões permanentes do Senado: Assuntos Econômicos, Fiscalização e Controle e Relações Exteriores. Amanhã, na primeira reunião para organizar os trabalhos, será indicado um sub-relator, provavelmente o senador Leomar Quintanilha (PPB-

TO). As três comissões permanentes indicarão os integrantes da comissão especial, em número ainda indefinido. O período de funcionamento da comissão também será decidido na terça-feira.



SIGILO
BANCÁRIO
PODERÁ SER
QUEBRADO

Abertura de contas dependerá da Justiça

BRASÍLIA — A comissão especial do Sivam foi criada para impedir a aprovação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para o caso, num acordo feito pelo governo com os líderes aliados. Pela Constituição, cabe ao Senado examinar o projeto do Sivam, porque ele envolve um pedido de empréstimo externo.

Uma comissão especial, de acordo com o regimento do Senado, pode fazer audiências públicas com entidades da sociedade civil, convocar ministros, tomar depoimento de qualquer autoridade, apreciar programas de obras, fiscalizar atos do Executivo e realizar diligências. A diferença entre uma CPI e uma comissão especial é que a primeira tem poder para quebrar o sigilo bancário, enquanto a segunda precisa de autorização da Justiça.